

CONFLITO AGRÁRIO NO NORTE FLUMINENSE E A RESISTÊNCIA CAMPONESA NO 5º DISTRITO DE SÃO JOÃO DA BARRA- RJ

Priscila Viana Alves¹
Alcimaro Honório Martins²

Resumo

Debater conflito agrário no norte fluminense significa pontuar os grandes empreendimentos sob a égide do "neodesenvolvimentismo" para o campo, para isso é importante pontuar que o estado do Rio de Janeiro vive um momento de recrudescimento de violência e violações no campo. O objetivo deste trabalho é debater as estratégias de resistência dos camponeses e camponesas frente às dinâmicas do capital na espoliação do território a partir da instalação do complexo Portuário do Açú, como também seus impactos negativos na região Norte Fluminense, tais como: as desapropriações, salinização e desertificação. A transformação de uma área rural em área industrial de forma arbitrária é resultado de um processo histórico desigual de acesso à terra e como também, tenta-se compreender como se dá as estratégias de resistência dos agricultores e agricultoras na luta pela permanência no território.

Palavras-chave: Conflito, Resistência, Campesinato.

Introdução

A formação do espaço agrário brasileiro é marcada pela desigualdade fundiária e pela exploração da terra e o trabalho no campo. Nesse sentido, a revolução denominada verde³, foi um conjunto de inovações técnicas do setor agropecuário a ser implantado nos países periféricos e pobres na década de 1950, este era o discurso vindo dos países centrais do capitalismo hegemônico. Desse modo a solução para a crise social no campo seria a modernização conservadora. Na teoria, aumentaria o lucro e a produção e eliminaria o problema da fome e miséria. Nesta concepção seria o passo que faltava para o "progresso" e avanço aos moldes da agricultura conservadora capitalista para os países ricos.

A ditadura militar no Brasil acelerou ainda mais este processo de modernização do campo, incentivando a industrialização do campo. Na prática o processo de modernização conservadora do campo demonstrou um acirramento de lutas de classes no campo e aprofundamento das desigualdades fundiárias, a afirmação do latifúndio e a repressão dos movimentos sociais. As elites conservadoras agrícolas e capitalistas de modo geral lucraram à

¹ Mestre em Geografia pela UFF e agente da Comissão Pastoral da Terra RJ.

² Especialização em Direito Agrário pela UFG/CPT e agente da Comissão Pastoral da Terra RJ.

³ O nome "revolução verde" tem caráter ideológico pois simbolizou o contraste à revolução dos "vermelhos" de 1917 e deixou a elite capitalista em estado de alerta quanto às transformações que ocorriam no mundo.

custa do campesinato⁴. Visto que, foram estes que sentiram gravemente os reflexos da Revolução verde.

As práticas conservadoras, tais como a imposição da aquisição do pacote tecnológico, compra de sementes e insumos, aumentaram a concentração de terra. Atualmente percebe-se que a estratégia de modernização agrária nos países periféricos se estendeu com a biotecnologia, como consequência da financeirização da economia e aumento da reconcentração de terra por meio das corporações internacionais e sua relação promíscua com o Estado brasileiro. O avanço capitalista se materializou no “agro-hidro-negócio” e intensificou ainda mais a pobreza, a fome e a desigualdade. Nesse contexto o campesinato resistiu historicamente e resiste ainda hoje com as articulações de organizações e movimentos sociais do campo, como a Comissão Pastoral da Terra, o Movimento dos trabalhadores Rurais sem Terra e demais organizações de comunidades originárias e tradicionais.

A região norte fluminense se caracteriza pela concentração de terra e pela inexistência de uma política agrícola e agrária que contemple as demandas do campesinato. O que evidencia a forma dependente e vulnerável das regiões e locais frente a expansão do capital, pois quem determina alocação das forças produtivas no cenário internacional está para além do conjunto de decisões locais (CRUZ, TERRA e ALMEIDA 2016).

Esta região é caracterizada por uma “cultura” canavieira, que teve na concentração fundiária um marco fundamental, apoiado em processos de grilagem que expropriaram posseiros e pequenos proprietários, como também a apropriação de terras públicas, como foi o caso da invasão das lagoas, ocorrida com a conivência de órgãos oficiais mediante ampla drenagem, aumentando as áreas de lavoura e pastagem e facilitando a invasão dos grandes proprietários. Historicamente, a exploração do trabalho pelo latifúndio da agroindústria sucroalcooleira e pecuária, tem sido uma realidade vivida cotidianamente pelos trabalhadores da região. O enfrentamento e resistência do campesinato também ocorreu com a ocupação dessas terras, que deu origem aos assentamentos de reforma agrária, organizados pelos movimentos sociais de luta pela Terra. O norte do Estado do Rio de Janeiro apresenta o maior número de assentamentos e de acampamentos na expectativa pela Reforma Agrária. Os territórios quilombolas são outra expressão de resistência, porém, só existe um reconhecido

⁴ Campesinato é compreendido neste trabalho como um conceito político que abarca toda a diversidade do campo brasileiro, os povos originários e tradicionais, os sem-terra, os agricultores camponeses.

pelo Estado. A dificuldade de acesso às políticas sociais e a garantia de direitos são os principais problemas vivenciados por essas comunidades.

A década de 1990 no norte fluminense representou um novo ciclo na luta pela terra. Inicialmente as mobilizações se limitaram à periferia no território canavieiro dos municípios de Macaé e Conceição de Macabu. E, posteriormente, essas ocupações passaram a ter como foco o município de Campos dos Goytacazes (ALENTEJANO, 2005). Município em que ocorreu o maior número de ocupações e desapropriações de terra. Como também se concentra o maior número de acampamentos⁵ de trabalhadores Sem Terra do estado do Rio de Janeiro (ALENTEJANO, 2011). Nesse território há numerosas famílias, que venceram a precarização e exploração do trabalho nos latifúndios das agroindústrias açucareiras, vivem e trabalham na tentativa de avançar na construção de um território com mais qualidade de vida, mais justa economicamente e ambientalmente sustentável. Neste curso, está o assentamento Zumbi dos Palmares, criado em 1997, onde mais de 500 famílias agricultores assentados tiveram acesso a lotes de terra e, hoje, lutam por acesso a bens e serviços públicos como saúde, educação e saneamento básico.

Em 2010 o cenário de mobilização se estende para outro município da região norte fluminense, São João da Barra, contra as primeiras obras de implantação do Complexo Portuário Logístico do Açú (CIPLA)⁶. Foram realizadas desapropriações das terras dos pequenos agricultores⁷ e de preservação permanente com aproximadamente e 7.200 hectares realizada através Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN), com base em vários decretos estaduais, tais como o decreto nº 41.652/2009 (Dossiê AGB/ANA Costa). No 5º distrito de São João da Barra, as camponesas e camponeses atingidos pelas violações e violências provocadas pelo Complexo Portuário e Industrial do Açú, e por este sistema e modelo de desenvolvimento capitalista, denunciam e lamentam a

⁵ São eles: o acampamento 17 de Abril (Morro do Coco), Claudinha e Neinha (Serrinha), Luís Maranhão (Cambayba) em Campos dos Goytacazes e o Madre Cristina (Imburi) em São Francisco de Itabapoana, e o acampamento Santa Helena. Este último organizado pela FETAG, enquanto os outros foram organizados pelo MST/RJ.

⁶ Este mega empreendimento faz parte do projeto Minas-Rio, que abarca um mineroduto que começa em Conceição de Mato Dentro e chega ao litoral de São João da Barra, RJ. Para saber mais ler o dossiê: <http://www.mediafire.com/file/caroah3gkc8ea9v/Dossie+MG-RJ+FINAL.pdf> feito pelo GT de Agrária da Associação de Geógrafos Brasileiros (ABG) e a UFF de Campos dos Goytacazes, mas especificamente a profª Ana Costa.

⁷ Referindo-se ao 5º distrito também usar-se-á o termo “pequeno agricultor”.

devastação da natureza, especialmente da restinga e das lagoas; a expropriação de seus instrumentos de trabalho, como a terra de cultivo; a poluição das águas potáveis; a mortandade de peixes; e a destruição de um modo de vida, que tem na terra, nos rios e na natureza, suas referências.

Rebeldia e Resistência Camponesa no 5º distrito de São João da Barra

O que caracteriza as comunidades do 5º Distrito de São João da Barra é a diversidade de cultura e cultivares que se relacionam diretamente com a vida na terra. Nesses territórios diferentemente dos latifúndios eram produzidos e trocados solidariamente entre os próprios camponeses: banana, maxixe, jiló, tomate, ovos, aves, pimentão, abacaxi, quiabo, leite, entre outros gêneros. Estes produtos eram comercializados desde o mercados locais até o abastecimento da região metropolitana do Rio de Janeiro, como também a confecção de artesanatos como esteiras feitas de tabuas.

A implantação do CIPLA no Açu evidencia uma disputa desigual entre dois projetos de desenvolvimento distintos: o projeto camponês e o projeto do capital financeiro. Uma vez que, a história e o projeto de vida dos pequenos agricultores do 5º Distrito de SJB estão sendo destruídos pelo Estado e a lógica privada que lhes nega as reivindicações e os invisibiliza. Diante de tais injustiças, os pequenos agricultores do 5º Distrito de SJB se mobilizaram e se mobilizam em defesa de seus territórios, com objetivo de denunciar a forma violenta e imoral como estão tendo seus direitos desrespeitados e derrubar o Decreto nº 41.652/2009 que desapropriou as áreas agricultáveis deste município para fins industriais. Nesse processo deram visibilidade a sua luta política e conquistaram apoio político de outros movimentos e organizações sociais de luta pela terra.

Uma das estratégias de resistência às desapropriações e expulsão dos pequenos agricultores do 5ª Distrito de São João da Barra foi a criação da Associação de Proprietários Rurais e de Imóveis (ASPRIM). Revela a importância da organização coletiva para resistir numa luta que é desigual desde o principio, no entanto não desfaz a esperança de ter seus modos de vida novamente respeitados. O conflito se baseia na diferença de interesses e estratégias divergentes de ocupar espaço a partir da luta social, a resolução dos conflitos

muitas vezes resulta em extermínio de companheiros dos movimentos sociais. Dados da Comissão Pastoral da Terra constataam o aumento de conflitos no campo no Brasil.

O conceito de território contribui para o embasamento teórico de análise desse trabalho, mais especificamente o *território usado* (SANTOS; SILVEIRA, 1994). Este é o espaço habitado imbuído de interações humanas entre si e com a espacialidade. Criam-se novas solidariedades que se dão no território, o que Milton Santos chama de acontecer, que são o acontecer homólogo. Para Gottmann “o território aparenta ser um conceito usado para buscar o bem-estar do povo que o ocupa” (GOTTMANN, 2012, p. 542). Deste modo o território tem conteúdos materiais e psicológicos, o que leva as comunidades a relações diferenciadas em seus respectivos espaços. O que percebe-se com o a implantação do Complexo Portuário do Açú é a reconcentração da terra em um território que já era repartido tradicionalmente por varias famílias pelo setor privado.⁸ Destas que foram desapropriadas, 70% das famílias não receberam nenhuma indenização até hoje. O que demonstra a promiscua relação do poder público e privado. A crise internacional também é uma justificativa para o não pagamento das indenizações.

A seca que abateu o norte do estado do Rio de Janeiro no ano de 2016, com uma estiagem de longo período em um território que anteriormente não tinha essa característica proveniente das mudanças climáticas acentuou a gravíssima salinização que desde 2013 abate as águas e as terras o que ameaça transformar o 5º Distrito/São João da Barra e toda a Baixada Campista, em um verdadeiro deserto, bem como acelerou a degradação dos mananciais e cursos d’água, tornando-os impróprios para uso humano, no Açú e na baixada campista. Compreende-se a desertificação como a alteração da própria paisagem geográfica da região e a salinização é também consequência da instalação do Porto do Açú. Os pequenos agricultores perderam sua produção causando danos materiais, como a perda de todos os investimentos na produção e psicológicos irreparáveis, como depressão, fragilidade dos laços familiares. Grande parte dos agricultores e agricultoras tinha seu sustento familiar e de renda no cultivo da terra. Outra ameaça é o despejo por parte do Estado de 190 famílias no Açú e entrega de todo território a pruma logística global. Essa situação é um retrato da violação de direitos humanos e direitos ambientais. Algumas famílias estão sofrendo ameaças

⁸ Inicialmente a empresa responsável foi a LLX, depois a Anglo American e atualmente é a Prumo Logística Global. Esta última financiou o livro “O tempo e a restinga” (disponível em: issuu.com/otempoearestinga) que se apropriou dos conhecimentos tradicionais dos pequenos agricultores e de sujeitos que se relacionam solidariamente com o lugar em que habitam.

indiretas também por parte da segurança privada. Outro ataque sônico é a criação da reserva particular de patrimônio natural construída na fazenda Caruara ao mesmo tempo que o Complexo Logístico Porto do Açú destruiu a maior restinga contínua do Brasil.

No dia 25 de julho de 2016 foi realizada a XV Romaria Estadual da Terra e das Águas em Campos dos Goytacazes, na qual também foi denunciada ao crime da Instalação do Porto do Açú. Desde 1975 os trabalhadores e as trabalhadoras do campo, seus apoiadores e apoiadoras religiosos e dos movimentos sociais, vêm promovendo Romarias em memória da luta pela/na Terra no Brasil. O término da caminhada foi no Assentamento Zumbi dos Palmares, ocupado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no ano de 1997. Teve a participação de diversas comunidades do campo e da cidade, organizações e movimentos populares do campo e da cidade, às nossas Igrejas e a toda a sociedade.



Foto: Marcelo Vianna, 25 de julho de 2016.

A mensagem da XV Romaria da Terra e das Águas, realizada por pura expressão de fé, da confiança na gente e na justiça das causas populares foi um alerta sobre a força criativa e produtiva da ação em mutirão, da perseverança nas adversidades e convicção pessoal e coletiva na defesa do território e da ecologia.



Foto: Marcelo Vianna, 25 de julho de 2016.

No dia 19 de abril de 2017, foi realizada uma ocupação nas terras roubadas dos camponeses. Os(as) agricultores(as) juntamente com movimentos e organizações sociais, professores e pesquisadores apoiadores da resistência camponesa no Açu denunciaram a promiscua relação do Estado com o poder privado⁹. O Acampamento denominado “Aloísio e Maura”¹⁰ foi reflexo da organização, resistência e esperança do povo do Açu. O acampamento permaneceu ao longo de 95 dias, suportou afrontas e pedidos de despejos. No dia 26 de julho a mando do juiz da 1ª vara da comarca de São João da Barra houve a reintegração de posse. No entanto a experiência da ocupação fica como representação da força do projeto coletivo e camponês.

⁹ O então governador do Estado na época Sérgio Cabral e o empresário Eike Batista dona da LLX estão presos por corrupção.

¹⁰ Irmão e irmã que tomaram na luta em consequência do desrespeito e violações que sofreram nas desapropriações.



Foto: Priscila Viana Alves, 25 de junho 2017.

Experiências do bem viver¹¹ desafiam a lógica do individualismo e do consumo que predominam na sociedade moderna. O modo de viver dos agricultores podem ser caracterizados como territórios dissidentes (SOUZA, 2015), pois desafiam a lógica privada de apropriação do espaço. As experiências comunitárias precisam ser sistematizadas por meio de narrativas dos sujeitos envolvidos diretamente no processo de resistência (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Ações arbitrárias do Estado brasileiro e de empresas que destituem os sujeitos do território e, longe de haver algum compromisso político afirmativo voltado para essas comunidades, os mecanismos jurídicos tencionam cada vez mais os conflitos que geram o padecimento desses povos e conseqüentemente estimulam a degradação de seus territórios coletivos. Os povos do campo habitam os biomas e protegem sua biodiversidade, e nesse sentido são guardiões da vida. Os sujeitos são dotados de certa geograficidade que leva a compreensão da relação entre humanidade e terra em sua dimensão afetiva, prática, simbólica e ao mesmo tempo teórica. Estas dimensões são experimentadas por toda a humanidade, pois elas são inerentes à condição terrestre (DARDEL, 2015[1952]). A valorização da cultura é essencial para a permanência dos sujeitos no seu território, pois as representações que as pessoas têm do seu intercâmbio com a terra, as águas, as florestas, são construídas culturalmente.

A experiência camponesa no 5º distrito é tradicionalmente de respeito à natureza, em especial a preservação das restingas. Segundo Escobar (2005) “a ecologia transforma-se em

¹¹ Bem viver é um conceito em construção na América Latina que vem da experiência andina Sumak Kawsay significa viver em plenitude, em “Quíchua” (FARAH; VASAPOLLO, 2011).

um vínculo entre o conhecimento e a experiência”. Desta forma por meio da experiência com o lugar o conhecimento é construído. As práticas sociais e espaciais “baseadas no lugar” (ESCOBAR, 2005), podem ser um importante para apontar resistências ao projeto hegemônico de desenvolvimento.

Conclusão

As experiências de resistência camponesa desafiam a (re)criação de uma espiritualidade encarnada, profética e libertadora. A reafirmação do compromisso com os setores populares revela outro modelo econômico, social, político e cultural, em favor do projeto camponês da sociedade construído com os de baixo. Por fim, a sistematização de experiências que apontem para um bem viver é, em meio ao total pessimismo político, necessária para o reencantamento da vida, das lutas, resistências e caminhos a partir de projetos que apontem para a organização comunitária e de base. A cultura, linguagem, e a própria manifestação da espiritualidade são valores básicos da existência e da organização coletiva no território, e por isso constituem um instrumento indispensável para a luta e sobrevivência da sociedade.

No atual período histórico de expansão da expropriação do capital à custa do modo de vida ancestral ligada a identidade dos sujeitos, das populações indígenas e povos tradicionais é preciso defender que o território deve apontar para a reprodução da vida e não do capital. A organização social da vida comunitária é que pode devolver a relação saudável com a natureza. A questão cultural é estratégia de resistência que aponta para a autonomia dos povos e do trabalho e formação de base nas comunidades, como presença. Para viabilizar a negação do projeto de sociedade atual e construir uma alternativa, é imprescindível o conhecimento das identidades coletivas e as relações com o território.

Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto. A evolução do espaço agrário fluminense. Revista GEOgrafia, ano 7. n° 13, 2005.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial-Portuário do Açu. Rio de Janeiro: AGB, 2011.

CRUZ, José Luis V.; Terra, Denise & Almeida, Érica. (Des)integração periférica e espaços regionais globalizados. XIV Seminário Internacional da Rede Iberoamericana de Pesquisadores em Globalização e Território. Monterrey/México, outubro 2016, 22p.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DA TERRA, CPT Comissão Pastoral. **Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2016**. Expressão Popular, 2017.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pósdesenvolvimento? Em livro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, **CLACSO**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.133-168.

FARAH, Ivonne, and Luciano VASAPOLLO. **Vivir bien: ¿ Paradigma no capitalista?**. La Paz: CIDES-UMSA, 2011. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/engov/20131216115814/VivirBien.pdf>. Acesso em: 13 de março 2017.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**. V.02, n. 3, 2012. p. 523-545.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. Em publicacion: los desafios de las emancipaciones em un contexto militarizado. Cecena, Ana Esther. **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2006.

SANTOS, M. O retorno do território. In SANTOS, M., SOUZA, M. A., SILVEIRA, M. L., (orgs.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes**: escritos de divulgação científica e análise política. Consequência, 2015.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 2013.